



## XXXV SALÃO de INICIAÇÃO CIENTÍFICA

6 a 10 de novembro

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2023: SIC - XXXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2023
<b>Local</b>	Campus Centro - UFRGS
<b>Título</b>	Sharenting: a violação do direito à privacidade de crianças e adolescentes nas mídias sociais
<b>Autor</b>	ISADORA SCHEFER STEHMANN
<b>Orientador</b>	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

## **Sharenting: A Violação do Direito à Privacidade de Crianças e Adolescentes nas Mídias Sociais**

Isadora Schefer Stehmann - pesquisadora  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Lisiane Feiten Wingert Ody - orientadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Direito  
Núcleo de Pesquisa em Direito Comparado e Internacional

O fenômeno do *sharenting* (*oversharenting*) se caracteriza pelo compartilhamento feito pelos pais, de imagens, vídeos e dados pessoais de seus filhos na *internet*. A expressão, oriunda da junção das palavras em inglês “*share*” e “*parenting*”, representa um fenômeno crescente no mundo digital, o qual leva a excessiva exposição de crianças e adolescentes, implicando em violações de seus direitos de privacidade e de imagem. Portanto, é relevante explicitar as problemáticas que envolvem questões relativas à privacidade e ao consentimento, no sentido de como tal divulgação de informações personalíssimas compromete a privacidade e a segurança dos menores. Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo analisar os limites desta exposição e os impactos decorrentes do compartilhamento excessivo dos dados, levando em consideração o direito à privacidade e a segurança *online* relacionada ao direito ao esquecimento. Outrossim, também pretende investigar de que maneira esses impactos interferem no desenvolvimento interpessoal e social das crianças e adolescentes, como questões relacionadas ao *bullying*, e suas implicações ao longo do tempo, considerando que não possuem capacidade de dar consentimento para a divulgação de seus dados em plataformas digitais. Ademais, o trabalho será realizado a partir dos métodos descritivo e comparativo e por meio da leitura de artigos publicados em revistas jurídicas e estudos pré-existentes, bem como da análise de legislação nacional, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de legislação estrangeira, com enfoque na França. A pesquisa, ainda em andamento, não apresenta resultados finais ou parciais.